

O SAGRADO NA TOPONÍMIA DA AMAZÔNIA OCIDENTAL BRASILEIRA

AS COLOCAÇÕES DO SERINGAL ALAGOAS

Alexandre Melo de Sousa (UFAC)

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A *Toponímia*, como disciplina lingüística, tem como objetivo precípua estudar os nomes próprios de lugares (nomes de acidentes geográficos físicos e humanos) denominados *topônimos*. Ao lado da *Antroponímia* (estudo dos nomes de pessoas) insere-se numa ciência maior, a *Onomástica*, cujo objeto de estudo são os nomes próprios em geral (Cf. SOUSA, 2007: 18).

A pesquisa toponímica, diferentemente de como era concebida antigamente, vai além da investigação etimológica dos designativos atribuídos aos espaços geográficos, pura e simplesmente. Dentro de uma perspectiva mais atual, esse ramo de estudos leva em consideração também, em seu escopo, o contexto (as condições) em o topônimo foi criado, ou seja, os fatores que motivaram o denominador para a escolha de determinado nome para batizar os acidentes. E é nesse fator que repousa a atualidade e a importância da investigação toponímica entre os meios de reflexão lingüística.

Os referidos aspectos influenciadores, por sua vez, podem ser tanto de natureza física (as características dos próprios acidentes), quanto de natureza antropocultural (aspectos sócio histórico culturais relacionados ao denominador ou à região), o que, lingüisticamente, atribui ao topônimo uma dupla marca: a) como signo no universo discursivo, e b) como suporte de identificação, “sugere pistas, indica caminhos interpretativos, torna-se evidência de comportamentos extintos, resgate de memórias vivenciadas” (Dick, 1998: 61). Como define Salazar Quijada (1985: 18): “[A Toponímia é] aquele ramo da Onomástica, que se ocupa do estudo integral, no espaço e no tempo, dos aspectos: geo históricos, sócio econômicos e antropo lingüísticos que permitiram e permitem que um nome de lugar se origine e subsista.”

Neste trabalho, apresentamos resultados preliminares de uma pesquisa maior em andamento, o *Projeto Atlas Toponímico da Amazônia Ocidental Brasileira*, que coordenamos na Universidade Federal do Acre, e que, num sentido amplo, pretende, a partir de investigações parceladas (de microrregiões, municípios, bairros etc.), traçar o perfil toponímico do Estado do Acre. Aqui, objetivamos apresentar dados a respeito da toponímia das colocações do Se-

ringal Alagoas, especialmente, quanto às denominações que fazem referência a nomes religiosos.

A MOTIVAÇÃO DO SIGNO LINGÜÍSTICO EM FUNÇÃO TOPONÍMICA

Desde a Antiguidade, nas mais diferentes culturas, a questão da motivação do signo lingüístico tem-se constituído objeto de discussão entre estudiosos da Filosofia, da Lógica, da Lingüística; que buscavam a melhor definição e caracterização do signo lingüístico (ou a natureza da palavra). Entre os estudiosos da linguagem, destaca-se Ferdinand Saussure, que, no início do século XX, partindo de observações já postuladas por Aristóteles, destacou a arbitrariedade do signo e a linearidade do significante como características fundamentais do signo lingüístico, definindo a língua como “um sistema de signos que exprimem idéias” e que funciona devido a um contrato social entre falantes de uma mesma língua (Saussure, 1970: 24). Nas palavras de Dossé (1993: 70):

[O signo lingüístico] une não uma coisa a seu nome, mas um conceito a uma imagem acústica num vínculo arbitrário que remete à realidade, ao referente, para o exterior do campo de estudo [...] O signo só envolve, portanto, a relação entre significado (o conceito) e o significante (imagem acústica), com exclusão do referente.

Para Guiraud (1973: 35), no entanto, o signo é “um estímulo, isto é, uma substância sensível, cuja imagem mental está associada no nosso espírito à de um outro estímulo que ele tem por função evocar com vista a uma comunicação”. Portanto, para o semanticista, há um vínculo entre o signo e algo que ele representa, ou seja, a realidade.

Ullmann (1964), por seu turno, questiona a noção saussureana de arbitrariedade do signo lingüístico, tomando para sua defesa o fato de ocorrer motivação semântica do signo dentro de uma relação metafórica ou metonímica.

No caso específico do signo lingüístico em função toponímica, de acordo com Dick (1990: 33), não se deve desconsiderar a relação significante/significado apresentada por Saussure. No entanto, a autora refuta a possibilidade de existência de signos completamente desvinculados do significado, ou seja, signos imotivados:

[...] o elemento lingüístico comum, revestido, aqui, de função onomástica ou identificadora de lugares, integra um processo relacionante de motivação onde, muitas vezes, se torna possível deduzir conexões hábeis entre o nome propriamente dito e a área por ele designada (Dick, 1990: 34).

Assim, na abordagem do signo toponímico, explica Dick (1992), a priori, pode-se acatar a noção saussureana de arbitrariedade, uma vez que o topônimo, como qualquer outra forma da língua, é, estruturalmente, um significante animado por uma substância de conteúdo; no

entanto, levando-se em consideração o aspecto funcional, o topônimo é marcado duplamente: primeiro pela intencionalidade do denominador no ato da seleção do nome para identificar um lugar; segundo, pela origem semântica, pelo significado (transparente ou opaco) que a denominação evidencia.

[...] o que era arbitrário, em termos de língua, transforma-se, no ato do batismo de um lugar, em essencialmente motivado, não sendo exagero afirmar ser essa uma das principais características do topônimo (Dick, 1992: 18).

Vale acrescentar, quanto ao supra exposto, a existência de outras teorias que também buscam estabelecer e fixar a origem da motivação e a natureza dos motivos. George Mouly (1970: 35), por exemplo, explica que o motivo da denominação de um espaço pode originar-se de fontes diversas, já que, “o termo motivo é freqüentemente empregado para abranger tanto as condições internas, quanto os padrões apreendidos do comportamento, através do qual procura satisfazer suas necessidades”, o que revela a interação das condições do homem e do seu ambiente.

CATEGORIAS TOPONÍMICAS: NATUREZA E MOTIVOS

No Brasil, segundo Sousa (2007), os estudos toponímicos tiveram início com Theodoro Sampaio, em 1901, com a obra *O Tupi na Geografia Nacional*. Em seguida, outros grandes estudos, que até hoje servem de referência, foram realizados, como o de Levi Cardoso, *Toponímica Brasília* (1961); o de Carlos Drummond, *Contribuição do Bororó à Toponímia Brasileira* (1965). No entanto, como bem destaca este último, faltava, aos estudos toponímicos brasileiros, uma sistematização metodológica para a orientação nas pesquisas toponomásticas.

A referida lacuna, apontada por Drummond, foi preenchida a partir dos trabalhos de Maria Vicentina do Amaral Dick, que realizou pesquisas e apresentou grandes contribuições para o avanço, de forma sistemática, das investigações toponímicas brasileiras. Entre suas obras destacam-se: *Toponímia e Antroponímia: coletânea de estudos* (1987), *A Motivação Toponímica e a Realidade Brasileira* (1990), *Dinâmica dos Nomes na Cidade de São Paulo: 1554/1897* (1996); além de inúmeros artigos que vem sendo publicados em revistas científicas.

Destaca-se, entre as contribuições da referida pesquisadora, a proposta de classificação taxionômica para os topônimos, pensada para a realidade toponímica brasileira. Inicialmente, Dick (1975) apresentou um modelo classificatório que contemplava 19 (dezenove) taxes. Posteriormente, esse modelo passou a englobar 27 (vinte e sete) taxes, distribuídas em 02 (dois)

blocos, de acordo com a natureza motivacional (semântica): 11 (onze) taxes relacionadas ao ambiente físico, *Taxionomias de Natureza Física*; e 16 (dezesseis), relacionadas ao homem e sua relação com a sociedade e a cultura, *Taxionomias de Natureza Antropocultural*.

I. Taxionomias de Natureza Física

a) *Astrotopônimos*: topônimos relativos aos corpos celestes em geral. Ex. Cruzeiro do Sul (AC); b) *Cardinotopônimos*: topônimos relativos às posições geográficas em geral. Ex. Nortelândia (MT); c) *Cromotopônimos*: topônimos relativos à escala cromática. Ex. Igarapé Preto (AC); d) *Dimensiotopônimos*: topônimos relativos às dimensões dos acidentes geográficos. Barra Longa (MG); e) *Fitotopônimos*: topônimos relativos aos vegetais. Ex. Flores (PE); f) *Geomorfotopônimos*: topônimos relativos às formas topográficas. Ex. Morros (MA); g) *Hidrotopônimos*: topônimos relativos a acidentes hidrográficos em geral. Ex. Cachoeirinha (RS); h) *Litotopônimos*: topônimos relativos aos minerais ao à constituição do solo. Ex. Areia (PB); i) *Meteorotopônimos*: topônimos relativos a fenômenos atmosféricos. Ex. Chuvisca (RS); j) *Morfotopônimos*: topônimos relativos às formas geométricas. Ex. Volta Redonda (RJ); l) *Zootopônimo*: topônimos referentes aos animais. Ex. Cascavel (CE).

II. Taxionomias de Natureza Antropocultural

a) *Animotopônimos* (ou *Nootopônimos*): topônimos relativos à vida psíquica, à cultura espiritual. Ex. Vitória (ES); b) *Antropotopônimos*: topônimos relativos aos nomes próprios individuais. Ex. Barbosa (SP); c) *Axiotopônimos*: topônimos relativos aos títulos e dignidades que acompanham nomes próprios individuais. Ex. Coronel Ezequiel (RN); d) *Corotopônimos*: topônimos relativos a nomes de cidades, países, estados, regiões e continentes. Ex. Seringal Quixadá (AC); e) *Cronotopônimos*: topônimos relativos aos indicadores cronológicos representados pelos adjetivos novo(a), velho(a). Ex. Nova Aurora (GO); f) *Ecotopônimos*: topônimos relativos às habitações em geral. Ex. Chalé (MG); g) *Ergotopônimos*: topônimos relativos aos elementos da cultura material. Ex. Jangada (MT); h) *Etnotopônimos*: topônimos relativos aos elementos étnicos isolados ou não (povos, tribos, castas). Ex. Capixaba (AC); i) *Dirrematopônimos*: topônimos constituídos de frases ou enunciados lingüísticos. Ex. Passa e Fica (RN); j) *Hierotopônimos*: topônimos relativos a nomes sagrados de crenças diversas, a efemérides religiosas, às associações religiosas e aos locais de culto. Ex. Capela (AL). Essa categoria subdivide-se em: i. *Hagiotopônimos*: nomes de santos ou santas do hagiologia católico

romano. Ex. Santa Luzia (BA) ii. *Mitotopônimos*: entidades mitológicas. Ex. Exu (PE); l) *Historiotopônimos*: topônimos relativos aos movimentos de cunho histórico, a seus membros e às datas comemorativas. Ex. Plácido de Castro (AC); m) *Hodotopônimos*: topônimos relativos às vias de comunicação urbana ou rural. Ex. Ponte Alta (SC); n) *Numerotopônimos*: topônimos relativos aos adjetivos numerais. Ex. Dois vizinhos (PR); o) *Poliotopônimos*: topônimos relativos pelos vocábulos vila, aldeia, cidade, povoação, arraial. Ex. Vila Nova do Mamoré (RO); p) *Sociotopônimos*: topônimos relativos às atividades profissionais, aos locais de trabalho e aos pontos de encontro da comunidade, aglomerados humanos. Ex. Pracinha (SP); q) *Somatotopônimos*: topônimos relativos metaforicamente às partes do corpo humano ou animal. Ex. Braço do Trombudo (SC).

SERINGAIS¹ E COLOCAÇÕES²:

ASPECTOS HISTÓRICOS E CULTURAIS DA FORMAÇÃO ESPACIAL E HUMANA

Originalmente denominado *Aquiri* (forma pela qual os exploradores da região transcreveram a palavra *uwakuru*, do dialeto dos índios *Apurinãs*) o território acreano, antes de propriedade boliviana, foi pouco a pouco sendo povoado por brasileiros. Segundo Araújo (1998: 74-79), os primeiros marcos de civilização no Acre datam de 1877, com a chegada dos imigrantes nordestinos (que migravam para a região motivados pelas fortes secas que assolavam a Região Nordeste e atraídos pela economia promissora da borracha) que iniciaram a abertura dos seringais. Até então, o Acre era habitado por índios não aculturados. A partir de então, a região foi se expandindo através das três principais vias hidrográficas: o rio Acre, o rio Juruá e o rio Purus, onde nasceram os primeiros povoados.

É inegável que sem os seringueiros provenientes, em sua maioria, da Região Nordeste (especialmente do Ceará), o Acre, possivelmente, não pertenceria ao Brasil. Contudo, como lembra Sousa (2007: 45), apoiado em Tocantins (1979) e Calixto *et al.* (1985), a formação humana da referida área não se deu tão somente com a entrada dos desbravadores nordestinos. Pelo menos dois outros momentos devem ser destacados: primeiro, a existência no território de sociedades indígenas; e depois, a chegada de grupos familiares provenientes do Sul e do Sudeste do Brasil.

¹ Espaço físico-social, onde são erguidas, dispersas pela floresta, as espécies de seringueiras (árvore de onde se extrai o látex)

² Área central do seringal onde mora o seringueiro. É também o espaço de produção da borracha. Cada colocação possui, em média, de 3 a 6 Estradas de Seringa.

[...] a região onde hoje está situado o Estado do Acre já estava ocupada muito antes da chegada de colonizadores, por índios pertencentes a grupos diversos. Antes da “descoberta” da borracha havia 50 grupos indígenas. Hoje, calcula-se a presença de apenas doze etnias (SOUSA, 2007: 45).

A chegada desses conquistadores deu início a um processo de aniquilamento físico e esfacelamento do universo cultural e da organização econômica dos nativos. A partir de 1877, enormes contingentes de migrantes nordestinos extratores de látex foram aportando nas terras acreanas, resultando na formação dos seringais e, conseqüentemente, da sociedade acreana.

Começa-se a formar, portanto, uma população no Acre que mesmo sem verificar-se uma miscigenação em alta escala com a raça indígena, vai crescendo em função do aumento da demanda da borracha, da maior adaptação do homem aos rigores que oferecia a terra e das notícias que corriam por todos os recantos, que a borracha prometia fácil e rápido enriquecimento (Isquierdo, 1996: 381).

Martinello (1988: 207 - 208) destaca duas fases migratórias para a região acreana. A primeira, referida anteriormente, foi marcada pela intensa demanda da borracha no mercado internacional, provocando um alto índice de crescimento populacional, mas que, entre 1920 e 1940, em virtude de emergência do produto oriental, resultou no declínio da produção e dos preços da borracha, favorecendo, assim, uma baixa taxa de crescimento demográfico.

A segunda fase de migração, conhecida como *Batalha da Borracha*, ocorreu a partir do incentivo de autoridades estrangeiras, com vistas à urgente necessidade do látex na indústria bélica americana. O apelo do governo brasileiro, “convidando” os brasileiros para servirem o país como *soldado da borracha* e o desejo por uma vida mais digna, fez eclodir a segunda leva de trabalhadores para os seringais. Nessa segunda fase, embora a predominância fosse de nordestinos, foi registrada a presença de trabalhadores oriundos do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, Pernambuco e Minas Gerais (Martinello, 1988: 226).

Em função disso, no que diz respeito à questão étnica, o povoamento da região acreana, desde a primeira fase migratória, resultou do encontro do elemento indígena com o elemento nacional, principalmente, nordestino. Os nativos transmitiram aos nordestinos conhecimentos e habilidades necessárias para a investida no meio florestal – que era absolutamente adversa à da sua terra de origem.

O seringueiro, isto é, o grupo social representante da Amazônia, trouxe um conjunto de traços culturais dos lugares de onde emigrou e, em contato com o novo ambiente, sofreu um processo de aculturação, surgindo assim novos valores na indústria extrativa da borracha (Coelho, 1982: 45).

Como explica Rancy (1992: 51-53), pode-se observar a influência do nativo sobre o conquistador em diversos setores: a) na alimentação, a partir do aproveitamento dos recursos naturais; b) na habitação, a partir da adequada utilização dos produtos florestais na confecção das barracas; c) nos meios de locomoção, a partir da abertura de caminhos na selva, ou mesmo na fabricação e utilização de pequenas embarcações; entre outros.

Enfim, para garantir sua sobrevivência naquele ambiente, o rude seringueiro assimilou muitos hábitos e valores dos nativos, além dos já citados, acrescente-se a) o vocabulário utilizado para a identificação de espécies animais e vegetais, ou para os elementos geográficos que integram o ambiente onde viviam; b) as crenças e lendas existentes na região que, de algum modo, passaram a orientar a vida e o trabalho dos desbravadores da selva.

Essas características reforçaram o caráter multicultural da população seringueira (e, conseqüentemente, da população acreana), misto de tradições indígenas locais com as tradições dos migrantes nordestinos que povoaram a região, a partir do início do século XX, e dos migrantes de outras regiões do Brasil, que chegaram anos 1970.

O SERINGAL ALAGOAS E SUAS COLOCAÇÕES

I Aspectos Metodológicos

Os dados apresentados e analisados neste trabalho, selecionados do corpus do *Projeto Atlas Toponímico da Amazônia Ocidental Brasileira*, uma das pesquisas em operacionalização no CEDAC/UFAC (Centro de Estudos Dialetológicos da Universidade Federal do Acre), tem como fontes principais:

- a) folhas cartográficas do Estado do Acre (2006) e da Amazônia Legal, disponibilizadas pelo IBGE/AC;
- b) mapas cartográficos (1990): Microrregião do Alto Juruá (escala 1:2000 000), Cruzeiro do Sul (escala 1:660 000), Feijó (escala 1:750 000), Mâncio Lima (escala 1:400 000), Tarauacá (escala 1:800 000), Microrregião Alto Purus (escala 1:2000 000), Assis Brasil (escala 1:330 000), Brasiléia (escala 1:330 000), Manuel Urbano (escala 1:750 000), Plácido de Castro (escala 1:300 000), Rio Branco (escala 1:600 000), Senador Guiomard (escala 1:300 000), Sena Madureira (escala 1:800 000), Xapuri (escala 1:500 000); fornecidos pela Fundação de Tecnologia do Estado do Acre (FUNTAC)³;
- c) dados do Programa Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre (2000), fornecidos pela Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (SECTMA);

³ As cartas topográficas apresentadas no Atlas fornecido pela FUNTAC, datadas de 1990, apresentam a divisão de Estado em 12 (doze) municípios. Atualmente, há 22 (vinte e duas) sedes municipais no Acre, como pode ser comprovado na Carta Topográfica Político-Administrativa do Estado do Acre, de 2006.

d) inquéritos (corpus) do Centro de Estudos Dialectológicos do Acre (CEDAC)⁴, da Universidade Federal do Acre.

Para a catalogação e a análise dos dados seguem-se as orientações de Dick (1992, 1996), que leva em consideração dois critérios analíticos: o taxionômico (que envolve as 27 classificações taxionômicas anteriormente apresentadas), e o aspecto lingüístico (que envolve o campo etno dialectológico e o histórico cultural). Vale ressaltar que esse mesmo modelo de análise é utilizado no Projeto ATB (Atlas Toponímico do Brasil) e em suas variantes regionais: Projeto ATESP (Atlas Toponímico do Estado de São Paulo), Projeto ATEMG (Atlas Toponímico de Minas Gerais), Projeto ATEMT (Atlas Toponímico de Mato Grosso) entre outros.

II. Análise dos dados

O Seringal Alagoas, localizado no Município de Tarauacá, apresenta, em sua área territorial, 22 (vinte e duas) colocações: 10 (dez) delas possuem topônimos de *Natureza Física*: 03 *hidrotopônimos* (13,6%): *Baía, Igarapé das Antas e Pirajá*; 03 *litotopônimos* (13,6%): *Barro Branco, Pedreira e Praia Quaimada*; 02 *zootopônimos* (9,0%): *Arraia e Tucandeira*; e 02 *fitotopônimos* (9,0%): *Bom Jardim e Pau Mulato*. A soma desses topônimos corresponde a 45,5% do total.

Os topônimos de *Natureza Antropo-Cultural*, por sua vez, aparecem 12 (doze) vezes no corpus, correspondendo a 54,5% do todo: 06 *hierotopônimos*: *Cruzeiro, Santa Luzia, Santa Maria, São Francisco de Baixo, São Francisco de Cima e São Salvador* (27,3%); 02 *corotopônimos*: *Montevideu e Ouro Preto* (9,0%), 02 *antropotopônimos*: *Ceci e Soledade* (9,0%); 01 *dirrematopônimo*: *Fale Baixo* (4,5%); e 01 *ergotopônimo*: *Moquém* (4,5%).

Através do quantitativo apresentado, percebemos a superioridade dos topônimos de *Natureza Antropo-Cultural*, o que demonstra, a priori, a valorização dos aspectos sócio-culturais no ato de nomear as colocações do Seringal Alagoas. O valor atribuído aos referidos aspectos pode ser justificado pela própria história do grupo humano que formou o referido lugar (e que

⁴ Segundo Lessa (1997), os dados que constituem o corpus do CEDAC foram coletados nos anos 1991, 1992, 1994 e 1995. Os dados transcritos estão armazenados em fitas cassetes e Cd-rom, e fazem parte do acervo do Questionário Específico (numa relação palavra e coisa) e do Questionário Geral do Centro. Os questionários foram aplicados em 18 pontos selecionados nos três vales que compõem o Estado: Vale do Acre, Vale do Purus e Vale do Tarauacá. Os informantes foram seringueiros acreanos, analfabetos, que possuíam o aparelho fonador sem defeitos visíveis, nascidos no Acre, filhos de pais também acreanos e que sobreviviam da atividade extrativista (cortar seringa) desde tenra idade e que tinham o cultivo da agricultura como uma atividade de subsistência.

não difere da dos outros seringais acreanos): famílias que migraram para o local fugindo da seca (no caso dos nordestinos), na esperança de uma vida melhor, para si próprios e para os filhos, deparando-se com uma realidade físico-geográfica absolutamente diversa daquela de onde migraram, e não só isso, decepcionados com a realidade econômico social a que estavam sujeitos, chegando quase à escravidão. Para os seringueiros, portanto, os espaços onde, agora, moravam eram uma espécie de prolongamento da região de onde tinham saído.

Destacam-se, entre os designativos de *Natureza Antropo-Cultural*, os classificados como *hierotopônimos*, objeto de estudo deste trabalho. O fato de ser essa a categoria mais produtiva é justificável por muitas razões: por serem oriundos, em sua maioria, do Nordeste, uma fortemente marcada pelo misticismo, os seringueiros possivelmente devem ter trazido consigo essa característica religiosa.

Outro fator que justifica esse número elevado de *hierotopônimos* é a própria condição de vida dos seringueiros: solitários, embrenhados na mata, tinham nas práticas religiosas uma forma de aliviar o sofrimento do dia-a-dia, e um meio de homenagear seus santos de devoção era batizando as colocações com seus nomes; o que constitui uma prática comum para os católicos. Como assinala Isquerdo (1996: 142-143), “dar o nome de um santo a alguém ou a algum lugar significa colocar esse ser ou esse local nomeado sob os cuidados específicos desse santo”. Isto pode ser observado em designativos como *Santa Luzia*, *Santa Maria*, *São Francisco de Cima* e *São Francisco de Baixo*. O designativo *São Salvador* faz referência a figura de Jesus, considerado o Salvador da humanidade; e o topônimo *Cruzeiro* retoma também um elemento relacionado à tradição cristã: a cruz, símbolo da crucificação e morte de Jesus Cristo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo exposto, pôde-se verificar que:

a) o topônimos de *Natureza Antropo-Cultural* (54,5%) prevaleceram sobre os de *Natureza Física* (45,5%);

b) a categoria dos *hierotopônimos* (27,3%) foi a mais recorrente no recorte toponímico analisado.

A grande incidência de *hierotopônimos* na toponímia da região pesquisada pode ser justificada, sobretudo, pela tradição religiosa característica dos nordestinos que foram os primeiros desbravadores da região acreana.

Enfim, a pesquisa demonstrou que, de uma maneira geral, a toponímia das colocações do Seringal Alagoas caracteriza-se pela influência de aspectos sócio-histórico-culturais, principalmente. As marcas extralingüísticas, portanto, apontaram para a inter-relação língua-cultura-sociedade na configuração semântica dos topônimos, em cujas análises transpareceram aspectos religiosos relacionados ao grupo humano, refletidos na língua.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, M. G. J. de. *Entre almas, encantos e cipó*. Campinas: 1998. Dissertação (Mestrado) - Unicamp.

CALIXTO, V. de O. et al. *Acre uma história em construção*. Rio Branco: Fundação de Desenvolvimento de Recursos Humanos, da Cultura e do Desporto/ Secretaria de Educação, 1985.

COËLHO, E. M. *Acre: o ciclo da borracha (1903 – 1975)*. Niterói: 1982. Dissertação (Mestrado), UFF, 1982.

DICK, M. V. de P. do A. O problema das taxonomias toponímicas. Uma contribuição metodológica. *Separata de Língua e Literatura*. n° IV: 373-380, 1975.

———. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.

———. *Toponímia e Antroponímia no Brasil*. Coletânea de estudos. São Paulo: Gráfica da FFLCH/USP, 1992.

———. Atlas toponímico: um estudo de caso. *Actas del XI Congreso Internacional de la Asociación de Linguística y Filología de la América Latina*. Universidad de Las Palmas de Gran Canaria, 1996.

———. Atlas toponímico: um estudo dialetológico. *Revista Philologus*. Rio de Janeiro, v. 10, 1998.

DOSSE, F. *História do estruturalismo*. O campo do signo. Rio de Janeiro: Ensaio, 1993.

GUIRAUD, P. *A semântica*. São Paulo: DIFEL, 1973.

ISQUERDO, A. N. *O fato lingüístico como recorte da realidade sócio-cultural*. São Paulo: 1996. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista.

LESSA, L. G. Atlas etnolingüístico do Acre – ALAC. *Revista Philologus*, nº 10, Rio de Janeiro: CiFEFiL, 1997.

MARTINELLO, P. A. A “batalha da borracha” na segunda guerra mundial e suas consequências para o vale amazônico. *Cadernos da UFAC*. Rio Branco: EDUFAC, 1988.

MOULY, G. J. *Psicologia educacional*. São Paulo: Pioneira, 1970.

RANCY, C. M. D. *Raízes do Acre (1870 – 1912)*. Rio Branco: M. M. Paim, 1992.

SALAZAR-QUIJADA, A. *La toponímia em Venezuela*. Caracas: Universidad Central de Venezuela, 1985.

SAUSSURE, F. de. *Curso de lingüística geral*. São Paulo: Cultrix, 1970.

SOUSA, A. M. de. *Desbravando a Amazônia Ocidental Brasileira: estudo toponímico de acidentes humanos e físicos acreanos*. Fortaleza, 2007. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará.

TOCANTINS, L. *Formação histórica do Acre*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

ULLMANN, S. *Semântica: uma introdução à ciência do significado*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1964.